

POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA¹

Tendo sido promovido por antiguidade para a vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO HENRIQUE BRAUNE, tomou posse no Tribunal de Justiça do Distrito Federal o Desembargador LÚCIO BATISTA ARANTES em solenidade realizada no dia 3 de setembro de 1968.

Na oportunidade, foi saudado, dentre outros, pelo Juiz de Direito JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO. O discurso por êste pronunciado e o agradecimento do nôvo desembargador são publicados em seguida.



Flagrante da solenidade de posse do Desembargador LÚCIO BATISTA ARANTES no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A esquerda, o Desembargador SOUSA NETO, presidente dessa Corte

DISCURSO DO JUIZ JUSCELINO JOSÉ RIBEIRO

Equiparável à honra que tenho em ser, nesta oportunidade, o portador da saudação dos nossos colegas da primeira instância é a satisfação de que sou tomado pelo cumprimento desta missão, pois o longo convívio que tivemos no exercício de função análoga permitiu que as relações de simples coleguismo transcendessem para a formação de sólida amizade.

Recebi, por isto mesmo, com justificável alegria, a agradável incumbência que procuro cumprir, superpondo às minhas deficiências a convicção de que minhas palavras serão acolhidas com a certeza da sinceridade.

¹ Revista de Doutrina e Jurisprudência do TJDF, Ano III, n. 5, 2º sem./1968

Alegro-me ainda mais por testemunhar que o Tribunal a cujo quadro passa Vossa Excelência a pertencer em caráter definitivo se engalana para recebê-lo, numa demonstração do maior júbilo, do mais autêntico contentamento.

Êsse procedimento não nos surpreende porque corresponde a manifestação da própria justiça, que, por intermédio dos desembargadores desta Côrte, reconhecem os méritos que o fizeram credor da admiração de seus pares.

Não tivesse Vossa Excelência sido o magistrado que colheu nas inúmeras comarcas de Goiás, a que serviu, a experiência de longos anos, no difícil afã de distribuir justiça, e sômente o fato de estar intimamente ligado à formação desta esplêndida capital o credenciaria à admiração e ao respeito de todos nós.

Apelidaram-no de Juiz Pioneiro.

Permissa venia, eu diria Juiz Precursos.

A expressão pioneiro dá-nos a idéia, mais material, de abrir caminhos, de fazer picadas, de penetrar florestas ignotas, enquanto que precursor é aquêlê que está adiante, que precede, que anuncia e que antecede, como São João Batista em relação a Jesus. É mais espiritual a expressão e é mais adequada à pessoa de Vossa Excelência.

Quando aqui chegavam aquêles que se dizem pioneiros já Vossa Excelência aqui se encontrava no exercício da sua judicatura.

Direi mais, - quando Lúcio Costa, o mago do urbanismo, traçava no papel “dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja o próprio sinal da cruz” num “gesto primário de quem assinala um lugar ou dêle toma posse”, na sua definição da gênese de Brasília, êle o fazia dentro dos limites da comarca de que era Vossa Excelência o Juiz Titular, nos limites da sua jurisdição.

Teve Vossa Excelência o raro privilégio de assistir o trabalho criador das máquinas que rasgaram êstes chapadões, nêles traçando eixos monumentais e avenidas imensas, esplanadas e trevos, quadras e superquadras; numa estranha conjugação de linhas cuja beleza surpreende os mais arrojados urbanistas de nossa era.

Quando tudo aqui era agitação e trabalho, também Vossa Excelência participava ativamente dessa epopéia, vindo semanalmente ao grande canteiro de obras exercitar sua nobre função.

Poucos dias há que conversava eu com um engenheiro que para aqui viera também à primeira hora e cujo testemunho vale lembrar agora. Dizia êle que o dia da quinta-feira, àquele tempo, era um feriado para os engenheiros, porque a sala onde trabalhavam se destinava à audiência do Dr. Lúcio Arantes.

Era o juiz que vinha de Planaltina e atendia aos postulantes em fila, despachando *habeas corpus*, inquirindo testemunhas, celebrando casamentos, julgando ações cíveis, criminais, trabalhistas, enfim, juiz de tudo.

Era o Juiz que “cumpria a lei, antes de fazê-la cumprir” pois vivia “na função, não a sua vida, mas a vida da lei” como aconselhava há muitos anos atrás, em discurso de posse no cargo de Juiz Substituto do antigo Distrito Federal, quem hoje preside esta Egrégia Corte de Justiça.

Meu caro Lúcio Batista Arantes.

Deixa que eu termine estas palavras estendendo a manifestação de nosso aprêço a sua excelentíssima espôsa dona Berti Arantes, sua companheira de tôdas as horas, dos momentos felizes e daqueles de maiores apreensões, que sômente os que enfrentaram o desconfôrto das longínquas comarcas de nosso *hinterland*, o clima de insegurança que nelas domina, o fogo das paixões incontidas que arde nas campanhas eleitorais em que se empenham, podem avaliar o que representa na vida do Juiz a tranquilidade do lar, refúgio certo em que se abriga, guardado sempre pela figura incomparável da dona de casa.

E por fim, que recebe com o nosso abraço de parabéns pela sua posse os nossos votos de felicidade, por uma longa judicatura e muitos e muitos anos de vida, ao comemorar mais esta motivação do dia de hoje, em que vossa Excelência completa dez lustros de preciosa existência.

Esta a mensagem que lhe enviam seus companheiros da justiça de primeira instância.

DISCURSO DE POSSE DO DESEMBARGADOR LÚCIO BATISTA ARANTES

Foi com a voz mais alta e a emoção mais forte que pronunciei as palavras rituais do compromisso, para ingressar nesse Concílio de Doutos.

Considero uma honra insigne, real privilégio, ocupar um lugar nesta Corte de Justiça, onde pontificam os mais eminentes doutôres da lei, encanecidos no dignificante mister de julgar, de bem aplicar o direito e a justiça, no interêsse do bem comum.

Venho de longe, de ásperos caminhos percorridos, e quero que as minhas palavras traduzam a satisfação dêste momento, quando me ajoelho diante do altar da Pátria, com os olhos voltados para Deus e para a família, no desejo de poder continuar a servir à Justiça, com a mesma humildade e dedicação, como tenho feito no decorrer da minha existência.

Ao envergar as vestes talaes, bem certo estou das responsabilidades assumidas. Na minha vida de Juiz, sempre tive como objetivo: viver honestamente; não prejudicar a ninguém; dar a cada um o que é seu.

Nós, os juízes, na expressão do Ministro Gonçalves de Oliveira, nem sempre somos compreendidos no fervilhar das paixões. “É que, no exercício de nossas funções, não podemos ficar a favor, nem contra, precisamente porque somos juízes, escravos da lei, que juramos cumprir, e de acôrdo com a qual julgamos”.

Nunca me afastei do ensinamento de Claude du Pasquier, segundo o qual “o bom jurista alia ao conhecimento racional e científico do direito a nobreza moral, que, sômente ela, confere valor à vida humana”.

Naci em Goiás e ali vivi os primeiros anos de minha vida. Trindade era, então, pequenina vila perdida nos chapadões do grande sertão. Goiás, mera ficção geográfica, encravado no coração do Brasil.

Hoje, meio século decorrido, a vila, transmutou-se em grande cidade, em Meca sertaneja e cabocla, onde, anualmente milhares de peregrinos romeiros testemunham sua devoção ao Divino Pai Eterno.

Goiás, o meu Estado, cumpriu a sua missão histórica, oferecendo Brasília aos brasileiros de boa vontade.

Brasília, “Cidade Céu”, na feliz definição do Desembargador Mílton Sebastião Barbosa, surgida, nos altíplanos da terra goiana, é bem a pujança de uma civilização que se vivifica, haurindo energias na terra fértil, no ambiente e no clima saudável por São João Bosco, o Apóstolo da Juventude.

Em Goiás, iniciel minha vida pública, passando pelas funções de Delegado de Polícia, Professor, Jornalista, Prefeito Municipal, Promotor Público e Juiz. Vivi o mesmo drama emocional daquele jovem magistrado, descrito por Bocharom:

“Deixar a Capital em plena mocidade... Desembarcar, após longa e penosa viagem, numa cidade do sertão, pela manhã, inda quase madrugada... Percorrer, em busca de uma primeira morada, as ruas silenciosas. Transpor, emocionado, o limiar do modesto “Forum”, ser ali recebido, de forma cerimoniosa, pelo Promotor Público, pelos advogados, pelos funcionários. Olhar, com respeito, velhos retratos de juízes, decorando as paredes, envolvidos em arminhos, as faces severas. Vestir pela vez primeira a sêda preta da toga, cingindo o corpo com o largo cinto branco, para presidir o primeiro júri. Verificar surprêso, logo mais, que aquela singela cidade e a precária instalação do “Forum” são excessivamente ricas de atividades, reveladas numa circulação impressionante de riquezas e num borbotão de autos

cíveis e criminais. Entregar-se, então, ao estudo das causas, no seu quarto de solteiro, sob a égide dos símbolos sagrados que o rodeiam; o retrato do pai distante, mas sempre presente, de cuja honradez não quer destoar – e a figura do Cristo, a quem roga que supra as suas deficiências e dêle faça mero instrumento de Sua vontade. Tomar, dentro de um novo quadro de vida, conhecimento de uma situação nova, plena de esperanças e de temores”.

Qual o segredo do destino? Chegaria ao cimo da montanha, “aspérrima e tamanha”, como diria o poeta goiano, ou sentar-se-ia à beira do caminho entre os que fraquejam na jornada? A sorte estava lançada.

Ainda acadêmico, em 1942, quando a fúria nazista inquietava o mundo, cumpri o meu dever patriótico, integrando-me às fileiras do Sexto Batalhão de Caçadores que, então, patrulhava os mares do sul, e, assim participei de operações de salvamento, recolhendo sobreviventes dos navios brasileiros torpedados pelos submarinos alemães.

Era esse o mesmo batalhão que, sediado em Goiás, no século passado, tomou parte no episódio histórico da guerra do Paraguai, eternizado nas páginas de Taunay: “A Retirada da Laguna”.

Foi, então, que aprendi ser a democracia o grande ideal de governo, onde todos se movimentam, com liberdade, na procura do bem comum, e o direito, uma regra de bem viver, um meio de assegurar os interesses de todos, sem prejuízo de ninguém, dentro dos limites da equidade e da justiça, que é vontade firme e constante de dar a cada um o que é seu.

Direito é Justiça são o que buscam os povos nas grandes lutas em que se debatem as nações, cujo sentido pode ser resumido nas palavras: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Não obstante o pessimismo fenomenológico de Berkley e Hume, ainda se tem uma gnoseologia que traduz o legítimo conceito de igualdade e fraternidade, identificado em função do amor de Deus para com todos os homens.

Foi em 1960 que, conduzido por mãos amigas, ingressei na magistratura do Distrito Federal, e aqui recebi o título de Pioneiro da Justiça. Naquele instante, assaltam meu espírito múltiplas emoções, que recolho ao coração agradecido.

Realmente, aqui estou desde quando as primeiras comissões de estudo percorriam o Planalto Central.

Em Planaltina, recebi o General Poly Coelho, em 1951, o Marechal José Pessoa, em 1954, e o Deputado Israel Pinheiro, em 1956. Muito antes, porém, o meu avô, proprietário da Fazenda Torto, hospedava, ali, em 1892, o sábio Luiz Cruis.

E Brasília, que então era sonho, surgiu no paralelo 13, desmembrando áreas das comarcas goianas, onde se estendia a minha jurisdição.

Foi essa a história do início de minha carreira na vida pública, banal como tantas outras, não menos emocionante, porém, e que hoje, dezenove anos decorridos, traz-me até o Egrégio Tribunal, onde penetro com o mesmo temor inicial e com a mesma respeitosa veneração.

Se a Providência Divina, elevando-me, hoje, a esta investidura, proporciona-me a colheita de uma natural satisfação, impõe-me o dever de transmiti-la à minha espôsa, companheira de todos os momentos, mão dedicadíssima, e a nossos filhos, frutos de um lar onde, mercê de Deus, reina o amor e a compreensão.

Exercendo, por longos anos, a Vara de Família, é natural que considere êsse ramo do direito o mais atrante e o mais atual, porque identifica a pessoa do juiz com os problemas sociais, fazendo-o viver os mesmos dramas e as mesmas inquietações existentes, tanto nos lares pobres como nos abastados.

Daí o não saber dizer até que ponto da compreensão humana chegaria a interpretação da encíclica “*Humanae vitae*”, de S. S. o Papa Paulo VI, pois, até mesmo entre os teólogos, católicos, há discordância sôbre o assunto.

O homem busca, incansavelmente, o aperfeiçoamento de tudo que o cerca, mas o mundo atual é conturbado, tangido por tôda sorte de sofrimentos, quer de ordem moral ou econômica; é marcado por uma profunda inquietação política e social.

O direito, como ciência eminentemente humana, vem caminhando através dos tempos, acompanhando a marcha milenar da humanidade. Passou por concepções filosóficas e escolas várias, até se firmar como ideal jurídico, na sua aplicação como justiça social.

Já dizia o saudoso Ministro Ribeiro da Costa: “Só aquêles que folheiam os autos, como os juízes, pela mito adentro, no seu gabinete de estudo, sômente êles interpretam as notas graves, agudas e as nuances de súplica, de gritos, de blasfêmia, de preces, de revoltas e mágoas, através daquelas fôlhas mortas”.

Procurei ser fiel e rigorosamente exato no cumprimento de meu dever de magistrado, exercido por dezenove anos, se não com saber e brilho, pelo menos com esforço e todo empenho de não deslustrar a investidura do cargo, colocando, acima das contingências, o direito e a justiça.

Bem sei que, muitas vêzes, poderei ter errado, pois os juízes são homens e o êrro é inseparável da condição humana.

Muitas críticas injustas também poderei ter recebido. Quanto a elas, responderia citando Napoleon Hill, psicólogo americano, que, na sua obra “*A Lei do Triunfo*”, diz: “A

única maneira de passar pela vida sem sofrer críticas desfavoráveis é não ser ninguém e não realizar coisa alguma”.

E aqui também se aplicam as palavras do Ministro Vilas Boas: “O direito nunca foi para mim uma regra irrefragável, senão norma de conduta, o pão que nutre e não o alimento indigesto que envenena, o sal da terra e a luz do mundo. Tôdas as vêzes que o sal se tornou insulso e o pão deteriorou, veio-me o impulso de deitá-lo fora”.

Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador João Henrique Braune, culto, experiente, erudito e justo, a quem tenho a honra de substituir nesta Côrte de Justiça, onde sempre se destacou como uma de suas expressões mais fortes, rendo nesse instante, o meu especial tributo de respeito.

Aos magistrados do Estado de Goiás, aqui magnificamente representados a cuja sombra formou-se o meu espírito, rendo nesta oportunidade a minha homenagem.

As autoridades presentes e a todos os que, bondosamente, aqui compareceram, quero externar a certeza do meu reconhecimento.

Agradecendo as palavras dos oradores que me saudaram, termino, dizendo como Rui: Nunca o sentimento da minha insuficiência pessoal ante as responsabilidades de uma ocasião extraordinária, pessoal ante as responsabilidades de uma ocasião extraordinária, nunca o meu instinto da Pátria, sob a apreensão das contingências do seu futuro, me afogou o espírito em impressões transbordantes, como as que enchem a atmosfera dêste recinto, povoadas de temores e esperanças sublimes”.